

Matthias LUTZ-BACHMANN – Alexander FIDORA, *Handlung und Wissenschaft. Die Epistemologie der praktischen Wissenschaften im 13. und 14. Jahrhundert* – Action and Science. The Epistemology of the practical Sciences in the 13th and 14th Centuries. (Wissenskultur und Gesellschaftlicher Wandel, Bd. 29) Akademie Verlag, Berlin 2008; 176 pp.; ISBN: 978-3-05-004519-1.

Esta obra publicada por Matthias Lutz-Bachmann e Alexander Fidora é dedicada ao estudo da ação e da ciência nos séculos XIII e XIV. É composta de 11 estudos distribuídos por 4 secções: Jurisprudência e Medicina como prática científica; o conceito de prática científica em Alberto Magno; a razão prática e a ciência em Tomás de Aquino, e por último, os problemas práticos da ciência, após 1300.

O prefácio deste volume explica os motivos que levaram a esta publicação. De facto, as presentes investigações são o resultado de uma Conferência Internacional subordinada ao tema: *Ação e Ciência: a epistemologia da ciência prática no século XIII e XIV*, tida em fevereiro de 2007, no Johann Wolfgang Goethe-Universität, em Frankfurt. Este Congresso consolida o projeto de investigação mantido pela equipa de investigação, cujo tema central é: *Ciências especulativas, naturais e políticas: a diferenciação das ciências e das formas de vida intelectual os séculos XIII e XIV* e que é desenvolvido pelo DFG-Forschungskolleg: *Wissenskultur und gesellschaftlicher Wandel (Cultura do saber e transformação social)* do Johann Wolfgang Goethe-Universität, mas agora, com uma nova inflexão: As investigações sobre o estatuto epistémico das práticas científicas e o papel das ciências práticas na Idade Média (prefácio, p. 7).

O ponto central destas investigações, partem da divisão e da constituição das ciências na Idade Média e a sua distinção nas diferentes artes (*artes*), disciplinas (*disciplinae*) e ciências (*scientiae*) teóricas, como forma privilegiada de mostrar o contributo da cultura científica medieval, no desenvolvimento e transformação da sociedade e na formação das Universidades. Os resultados destas anteriores

investigações levaram ao aparecimento de uma série diversificada de monografias consideradas no âmbito das publicações do “Forschungskolleg 435”, dando sequência a uma série de estudos publicados entre 2003 e 2007.

Neste sentido, a publicação das quatro partes da Conferência contou ainda com a edição de trabalhos anteriores, de que damos aqui alguns exemplos: A. Fidora *Die Wissenschaftstheorie des Dominicus Gundissalinus* (Berlin 2003; *Scientia und Disciplina: Wissenstheorie und Wissenschaftspraxis im 12. Und 13. Jahrhundert* (Berlin 2002), editado por R. Berndt e *Metaphysics in the Twelfth Century. On the relationship among Philosophy, Science and Theology* (Turnhout 2004) de M. Lutz-Bachmann. Paralelamente a este projeto de investigação, fizeram-se ainda a publicação de monografias e recolha de textos, bem como edições das fontes dos textos filosóficos medievais, em torno da compreensão das ciências, da teoria do conhecimento e da doutrina da praxis. Publicaram-se, igualmente, várias traduções comentadas (prefácio, p. 7-8).

Registe-se por último, e para completar este ciclo de investigações sobre a filosofia prática na Idade Média, a receção da filosofia política de Aristóteles e a importância deste debate durante todo o período Medieval, que transitará para os alvares dos Tempos Modernos. Por conseguinte, os estudos incluídos neste volume apresentam os resultados desta investigação. Na primeira seção encontramos o estudo de Kenneth Pennington que efetua um autêntico traçado do renascimento do Direito Romano, em Itália, durante o século XII. No século XIII Odofredus de Denariis, no seu ensino, em Bolonha, justificava as origens do ensino do Direito Romano, na escola de Direito da Universidade de Bolonha, salientando o célebre grupo de juristas “Quatro Doutores”, Bulgarus, Martinus, Hugo e Jacobus (p. 11). Para isso, Kenneth Pennington descreve o ressurgimento da jurisprudência romana, com uma exatidão de cronologia histórica, acompanhada de uma exegese comparativa com os textos do Direito Romano antigo e a sua influência na jurisprudência e na legislação do rei Jorge II da Sicília, em 1140. O estudo pretende mostrar como as leis compiladas pelos juristas deste rei, anteciparam as leis de Frederico II nas suas *Constituições* e como a jurisprudência medieval está em dívida, para com o *Digesto* de Justiniano e para com o *Decretum* de Gratiano. Por último, o autor pretende revelar a relação entre o papel desempenhado pela jurisprudência do mestre jurista Bulgarus e o trabalho da chancelaria papal (p. 22). Por isso, a conclusão deste estudo é o de considerar que o ensino da Lei Romana em Bolonha exerceu uma grande influência no Direito Civil e no Direito Canónico, nas instituições medievais, na primeira metade do século XII (p. 31).

O estudo de Danielle Jacquart centra-se no exercício da medicina enquanto

saber teórico-prático. Segundo a autora, entre os séculos XII e XIV, os médicos olham para a sua prática médica, quer como fundamentação científica, quer como finalidade prática (p. 33). Esta ambivalência deve-se a dois fatores essenciais: a) as classificações das ciências atribuíam à medicina uma posição ‘instável’, a qual era reforçada ainda mais, pela diversidade de correntes que, desde a Antiguidade chegaram até Galeno; b) a distinção no *De sectis* entre as escolas dogmática, metódica e empírica, concomitante com a diversidade sociológica que a atividade médica concreta desempenhava. É somente a partir do momento em que se introduz o ensino médico nas universidades ocidentais que o modelo médico é aceite de forma unânime (p. 33). Para isso, a autora explora a insuficiência dada por Aristóteles ao estatuto epistemológico da medicina e o consequente «embaraço» manifestado pelos medievais (p. 31). Retomando a distinção aristotélica entre *techné* e *epistémê*, a medicina não tinha lugar, nem nas ciências teóricas, nem nas ciências práticas, nem nas *poiéticas* (p. 33). Esta constatação aplica-se também aos autores medievais como, por exemplo, em Hugo de S. Vítor, que no seu *Didascalicon* inclui a medicina no seio das artes mecânicas, ao passo que Barthélemy de Salerne, no seu comentário aos *Aforismos* de Hipócrates, já a coloca do lado da *physica* ou da *physiologia* e dos *metheora* (p. 36). Todavia, a bipartição da medicina em teórica e prática parece ter sido aquela que mais se fizera sentir até ao século XIII. Será com a leitura do *Colliget* de Averróis que a articulação entre teoria e prática será repensada na medicina. A sua bipartição conhecerá, desde logo, uma certa dissipação quando o filósofo árabe lhe adscribe uma arte operatória (*operativa*), permitindo, assim a recuperação desta ciência, “com múltiplas facetas e encruzilhadas”, a que se assistirá nos autores nos finais do século XIII e inícios do século XIV.

Na segunda seção encontramos dois estudos, um de Francisco Bertelloni que se debruça sobre a filosofia moral em Alberto Magno, e a sua relação com a teoria política, e um outro, de Walter Senner, sobre a Teologia como *scientia affectiva* ou como *scientia secundum pietatem*, também em Alberto Magno.

O estudo de Francisco Bertelloni avalia a receção dos tratados aristotélicos sobre a *Ética* e a *Política* nos escritos de Alberto Magno e que foram comentados entre 1248 e 1265. Por um lado, trata-se de perceber o estatuto da filosofia moral enquanto ciência prática e as suas divisões na filosofia. Por outro, o autor esboça uma tipologia da *philosophia practica* a partir do *Comentário* de Alberto Magno à *Ethica* relativamente à tradição antico-medieval da divisão disciplinar da filosofia prática (p. 47). Todavia, a intenção de Francisco Bertelloni é de mostrar também, os traços de uma tipologia similar nos mestres da Faculdade das Artes em Paris,

na primeira metade do século XIII. De seguida, expõe a unidade da *philosophia moralis* nos escritos de Alberto Magno *Super Ethica*, como forma de resolução da divisão da filosofia moral, efetuada pela tradição filosófica anterior, apoiando-se sobretudo, no Comentário do *doctor universalis* à *Política* de Aristóteles (p. 59).

Já o estudo de Walter Senner desenvolve e discute o estatuto da Teologia, pelo *magister theologiae* da Universidade de Paris. Aqui é analisado e reconsiderado pelo autor, o estatuto e o valor da Teologia na obra de Alberto Magno. A pertinência desta discussão é de avaliar a importância da reflexão teológica de Alberto Magno na maior parte das suas obras, começando pelo seu *Comentário às Sentenças*, mas explorando esta questão, nas obras especificamente filosóficas. Segundo ainda o autor, este tema não tem sido objeto de muitos estudos, apesar do *doctor universalis* ter produzido um número considerável de obras teológicas (p. 61). O que é próprio do conceito teológico de Alberto Magno no seu *Comentários às Sentenças* é a conceção de uma *scientia affectiva* (p. 63), dando-lhe uma determinação que assenta nos conceitos fundamentais, quer da ciência (*scientia*), quer da *sapientia*. Há uma utilização do conceito antigo da *pietas*, quer no seu *de natura boni*, quer no seu *Comentário ao Corpus Dionysiacum*. Na verdade, é a ambivalência desta Teologia enquanto *scientia* que permite entender que ela é a) um ‘Saber’ como modo de orientação do conhecimento, b) um dom conforme o Espírito Santo, e finalmente, c) uma ciência para os princípios aristotélicos da teoria do conhecimento.

A terceira seção contém 4 estudos. O primeiro é consagrado à análise da razão prática e da ciência em Tomás de Aquino, a partir dos atos singulares, da autoria de Klaus Jacobi. Partindo do contexto aristotélico da *Ética* a Nicómaco sobre a diferença entre a *epistémê theôrêtikê* e *praktikê*, o autor avalia esta distinção no pensamento de Tomás de Aquino, em particular, quer no seu *Comentário à Ética*, quer na Ia-IIae da *Summa Theologiae*, enquanto dois modos de ‘ciência’: o primeiro a partir do caráter necessário, o segundo, a partir da contingência (pp. 76-77). Tendo em conta esta diferenciação, o autor discute alguns problemas fundamentais, relativamente ao modo de ser dos *singularia* e do seu modo de conhecimento concreto, pela inteligência prática (p. 85). O segundo estudo, de Matthias Lutz-Bachmann, analisa o conceito de saber prático e de ciência prática a partir de uma abordagem epistemológica da filosofia moral de Tomás de Aquino. Partindo de Aristóteles, o autor discute a posição de São Tomás relativamente ao significado da *praxis* e da *poiesis* como formas de diferenciação entre os modos de produção e de relação de fins, sob a determinação decorrente da própria função da razão prática (p. 94). O terceiro texto, de Alexander Fidora, investiga o estatuto

epistemológico da medicina na *Summa Avicennae* e em Tomás de Aquino. Para efetuar esta análise o autor apresenta alguns aspetos da medicina enquanto *species* da ‘filosofia da natureza’ em Dominicus Gundissalinus e Avicena. Como é afirmado pelo autor, Gundissalino não só tem uma fonte de inspiração na filosofia aviceniana, na sua generalidade, como também na medicina dos Persas (p. 97). Alexandre Fidora procura justificar a filiação do pensamento de Gundissalino no *Canon medicinae* de Avicena como forma de mediação para com outras formas de pensamento e compara esta conceção com a perspetiva de Tomás de Aquino (p. 101-102). Por último, o quarto estudo, de Collen McCluskey, tem como tema principal a epistemologia moral sobre a prática do mal em Tomás de Aquino. O autor delinea as ideias centrais da perspetiva tomasiana, em particular nas *Quaestiones disputatae de malo* e na *Summa Theologiae* Ia-IIae, acerca da ação, e a posição do intelecto face à prática do mal moral, no seu conflito e interação com a vontade. O autor tenta mostrar que na prática da ação moral, o papel do intelecto e do conhecimento associado à deliberação, assim como à inclinação de uma má vontade, são responsáveis pela prática do mal (p. 122).

A quarta seção aborda os problemas práticos da ciência depois de 1300. O primeiro estudo, de Hannes Möhle, é dedicado à noção de liberdade e à condição essencial da sua aplicação pela ciência prática, nos séculos XIII e XIV. O autor avalia o conflito da liberdade nos debates filosóficos e teológicos, partindo do contexto da Condenação de 1277, e no seguimento, com autores como Henrique de Gand, Godofredo de Fontaines e Duns Escoto. O segundo estudo de Josep-Ignasi Saranyana expõe e discute o estatuto da Teologia enquanto ciência prática no século XIV. Tomando como mote uma expressão de Lutero sobre a natureza da Teologia enquanto ciência prática, Josep-Ignasi Saranyana determina a noção de uma *cognitio practica* no contexto do debate escotista. O último texto, de Gerhard Krieger, tem como tema central o direito natural, em Guilherme de Ockam e em Nicolau de Cusa e as razões que justificam a supremacia da política. O autor traça o problema da relação do direito natural com o direito positivo estabelecido no interior da esfera política, em Ockam, e depois, em Nicolau de Cusa.

Em resumo, pode-se verificar, em todos estes estudos, a existência de um mesmo denominador comum: a avaliação do estatuto epistemológico da ciência e das ciências práticas enquanto modo específico de saber e de ação, que se concretiza em diversas áreas da praxis humana. Avalia-se e aprofunda-se as origens de uma razão prática que se vai alicerçando no seio da reflexão dos autores da Idade Média. Os estudos são bem documentados, quer ao nível das fontes, quer ao nível de literatura secundária. Para além disso, revelam um

domínio específico e técnico, no âmbito dos estudos da filosofia prática na Idade Média, que determina epistemologicamente áreas científicas e técnicas, como a medicina, a jurisprudência, a política e a ética.

Maria Manuela Brito Martins
UCP – Porto

Benoît Patar (ed.), *Alberti de Saxonia Quaestiones in Aristotelis De caelo. Édition critique*, (Philosophes Médiévaux, 51) Éditions Peeters, Louvain-la-Neuve 2008, 50* - 555 pp.; ISBN: 978-90-429-2104-7.

Este volume apresenta a edição crítica das *Quaestiones in De caelo* de Alberto de Saxónia. Autor do século XIV, nascido provavelmente em 1320 e morto em 1390, com uma passagem marcante pela Universidade de Paris (nem tendo sido muito longa), onde ensinou e foi Reitor, e ligado ainda à fundação da Universidade de Viena, Alberto de Saxónia exerceu uma grande influência na história da filosofia. Esta obra do mestre alemão conheceu uma grande difusão na Alemanha, Itália e na Europa de Leste. Constituindo a primeira obra escrita pelo mestre na Universidade de Paris, com a qual iniciou o seu ensino na Faculdade de Artes, as *Quaestiones* sobre o *De caelo* de Aristóteles (obra composta de um prólogo e quatro livros) exibem fortemente a presença do pensamento de Buridano. Só do *De caelo* de Alberto de Saxónia chegaram até nós quarenta manuscritos e oito edições impressas do Renascimento. O elevado número de manuscritos do texto bem como das edições antigas testemunham a importância dada a este autor (tanto no seu tempo como durante os séculos XV e XVI), semelhante à conferida aos seus mestres João Buridano e Nicolau Oresme.

Para a edição crítica, o autor utilizou treze manuscritos (sendo quatro deles os mais significativos e, por isso, consultados sistematicamente, e servindo o ms. 1045 do Vaticano de texto de base) e confrontou ainda com as edições do Renascimento. O texto da edição latina faz-se acompanhar por dois aparatos: um aparato crítico e um aparato bibliográfico.

Por meio do lançamento da edição crítica desta obra cosmológica de tão notável mestre medieval, os estudiosos da filosofia têm agora ao seu dispor uma importante ferramenta de trabalho que permitirá aprofundar o nosso conhecimento sobre as posições do autor, podendo ainda mais facilmente e com maior objectividade confrontar estas mesmas com as de outros pensadores. Esta